

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
BRUNO RODRIGUES PEREIRA**

**A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICAS/OS SOBRE A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA ADAPTADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

**GOIÂNIA
2016**

BRUNO RODRIGUES PEREIRA

**A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICAS/OS SOBRE A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA ADAPTADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás.
Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Salles da Silva.

GOIÂNIA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

**A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICAS/OS SOBRE A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA ADAPTADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás.
Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Salles da Silva.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

Goiânia, fevereiro de 2017



Profª Dra. Ana Paula Salles da Silva

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, aos meus pais Hélio Peireira e Rozilene Rodrigues de Souza Pereira, a minha vó Ercília Rodrigues Ribeiro, minha irmã Danyelle Rodrigues e a minha Noiva Letícia Urzeda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que acreditaram no meu potencial, a minha Mãe pelos ensinamentos, experiências, conselhos e amor que sempre me deu, ao meu Pai por todo apoio, a minha vó por acreditar sempre em minha pessoa, minha Irmã pelos empurrões e conselhos perante minha vida acadêmica e a minha Noiva que sempre me apoiou, dando carinho e amor.

A todos os professores e egressos do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Goiás e aos que contribuíram muito para minha formação acadêmica.

A minha orientadora Prof.^a Dra. Ana Paula Salles da Silva, por me guiar, incentivar e ensinar durante todo o processo deste trabalho.

A APABB, Associação de Pais e Amigos do Banco do Brasil e Comunidade que juntamente com a APAE GOIÂNIA fizeram me apaixonar pela área de Educação Física Adaptada, me proporcionando experiências inesquecíveis de formação acadêmica e humana.

E acima de tudo, Deus, que colocou todos estes na minha vida para contribuir na realização deste sonho.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral verificar a percepção de acadêmicos/os sobre a formação inicial com a disciplina de Educação Física Adaptada/Inclusiva na formação em Educação Física. O presente estudo foi realizado através de uma revisão sistemática no banco de dados de Biblioteca de Digital de Teses e Dissertações (BDBT), com a palavra-chave “Educação Física Adaptada”, sendo identificados 101 trabalhos (teses e dissertações). Um segundo filtro foi adotado para identificar através do título, resumos e palavras-chave quais trabalhos tratavam da formação no ensino superior, sendo analisadas por fim duas dissertações e uma tese. Nas dissertações e na tese analisadas foram encontrados registros de análises de 201 acadêmicos que se posicionavam a cerca de sua formação inicial na Educação Física Adaptada. Durante as nossas análises correlacionamos as falas dos acadêmicos e dos autores das duas dissertações e da tese. As terminologias abordadas dentro dos trabalhos pelos discentes e autores se fazem corretas quando se pensa no momento histórico em que os trabalhos foram realizados, demonstrando conhecimento no trato dos termos. Destaca-se que mesmo com relatos dos discentes presentes nos três trabalhos serem positivos perante a disciplina de Educação Física Adaptada, é destacado por alguns sujeitos que deve ter uma maior abordagem de aulas práticas dentro da disciplina. Identificamos uma ausência na percepção dos acadêmicos a cerca do trato dos conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar, o que não seria apenas uma modificação na carga horária da disciplina e sim uma reformulação na concepção do currículo dos cursos de Educação Física. Foi possível perceber que a formação dos estudantes em Educação Física ainda é bastante escassa em virtude da maioria dos acadêmicos não terem tido oportunidade de experiência na intervenção com as pessoas com deficiências, criando um abismo entre a teoria e a realidade social concreta.

Palavras-chave: Educação Física Adaptada; formação inicial; inclusão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	11
3 REFERENCIAL TEORICO.....	13
3.1 Inclusão X Integração	14
3.2 Educação Física adaptada e inclusiva	16
3.3 Formação Profissional em Educação Física Adaptada/inclusiva	17
3.4 Terminologias.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1 A Inclusão para os discentes e autores	233
4.2 Conteúdos aprendidos e as ausências identificadas pelos discentes na disciplina de EFA em relação às pessoas com deficiência	27
4.3 Estágios, extensão e pesquisa e a formação inicial no trato com a diferença .	34
4.4 Discentes e as Terminologias	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Desde a infância tive algum contato com pessoas com deficiência, seja na família ou no dia a dia. Com o passar dos anos me deparei com aspectos que se relacionavam com o tema inclusão, principalmente no ambiente escolar. Em 2013 ao ingressar no curso de Educação Física iniciou-se o processo de formação profissional como professor, com isso surgiram algumas oportunidades de trabalhar diretamente com pessoas com deficiências. Como se dá a inserção destas pessoas na escola?! Elas possuem aulas diferenciadas?! Como é o papel do professor que trabalha com este grupo?! Estas perguntas e curiosidades sobre como era o trato pedagógico com as pessoas com deficiências, fez com que iniciasse a busca por informações sobre a formação e preparação do professor de Educação Física que trabalha com Educação Física Adaptada, seja em escolas da rede regular ou em escolas especiais.

Dentro da minha formação acadêmica, ao cursar as disciplinas do curso de Educação Física percebi que o tema inclusão não foi abordado da forma esperada, com exemplos e possibilidades, o que fez com que tal tema chamasse um pouco mais a atenção. Buscando respostas na literatura foram identificados alguns conceitos, dentre eles o que Sasaki (2009, p. 10) diz:

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Diante desta reflexão, dúvidas sobre quais estratégias poderiam ser feitas para suprir tais falhas foram surgindo até cursar a disciplina de Educação Física Adaptada que apresentou alguns conceitos (inclusão; acessibilidade; hábitos; preconceito; terminologias) e possibilidades de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, propiciando elementos teóricos e práticos para continuar atuando nesta área.

Trabalhando com crianças, jovens e adultos com deficiência dentro do esporte, lazer e educação iniciou-se um processo de questionamento sobre a formação profissional dos professores que atuam dentro desta área, e como se dava

esta formação. Buscando informações detalhadas sobre a Educação Especial, em um trecho da Declaração de Salamanca (1994, p.10) é destacado: “A preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas”. Assim, fica claro que o professor é um dos principais elementos para que ocorra de fato algum progresso na área inclusiva escolar.

Para a realização desta pesquisa, buscou-se responder a seguinte interrogativa: Qual a percepção que as/os acadêmicas/os do curso de Educação Física possuem acerca da disciplina de Educação Física Adaptada e/ou a temática de inclusão?

Para realizar este estudo foi utilizado de hipóteses que se relacionaram com as informações que já obtinha sobre o tema trabalhado, com as seguintes afirmações: 1) Os estudantes de Educação Física se sentem inseguros em trabalhar com pessoas com deficiências; 2) O preconceito social é um fator com bastante relevância na falta de interesse em trabalhar na área adaptada/inclusiva; 3) A falta de preparo, contato e experiência dos estudantes de Educação Física é um fator limitante para o pequeno interesse em trabalhar com Educação Física Adaptada/inclusiva. Afirmações que tentaram ser confirmadas durante a realização da pesquisa.

Sendo assim o presente estudo teve como objetivo geral verificar a percepção de acadêmicas/os sobre a formação inicial com a disciplina de Educação Física Adaptada/Inclusiva na formação em Educação Física. Com os objetivos específicos:

- Identificar o que os acadêmicos compreendem sobre o conceito de inclusão.
- Verificar as terminologias utilizadas pelos acadêmicos para se referir as pessoas com deficiência e/ou assuntos relacionados e os contextos de uso;
- Identificar os limites e avanços na percepção dos acadêmicos no processo de formação inicial para trabalhar com pessoas com deficiência na Educação Física.

Como acadêmico de Educação Física acredito que a pesquisa contribuirá de maneira significativa para que os profissionais da mesma área de formação compreendam melhor a importância de sua atuação na educação inclusiva. Mostrando como sua formação tem um papel fundamental para melhor

esclarecimento relacionado ao trabalho com pessoas com deficiência, o que será importante tanto no campo profissional como na formação social dos professores.

Espera-se que esta pesquisa possa trazer mudanças significativas na abordagem acadêmica relacionada à educação inclusiva. Levantando reflexões a cerca do conceito de inclusão, terminologias referentes às pessoas com deficiências, formação de professores e formação social das pessoas envolvidas, impulsionando mudanças no trato e convívio das pessoas e alunos com deficiência, pois há absoluta necessidade de mudança e reciclagem dentro destas perspectivas.

[...] a necessidade de introduzir tanto modificações na formação inicial dos educadores, quanto na formação continuada e sistemática ao longo da carreira profissional dos professores e de todos outros profissionais da área da educação. (BRASIL, 2005, p.28)

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma revisão sistemática de literatura científica sobre o objeto Formação Profissional em Educação Física relacionado à disciplina de Educação Física Adaptada/ inclusiva, sendo estudados os aspectos, relações e conexões que foram apresentados pelos autores, não tratando tais conhecimentos como algo rígido, já que estamos em um mundo em constante mudança.

Galvão e Pereira (2014, p.1) citam que as revisões sistemáticas são diferentes das revisões narrativas e tradicionais, sendo mais amplas e mais completas em relação às informações gerais que são levantadas sobre o tema escolhido, fazendo delas assim mais comuns em livros-textos.

Sobre revisões sistemáticas Galvão e Pereira (2014) dizem que os métodos para elaboração de revisões sistemáticas preveem: “(1) Elaboração da pergunta da pesquisa; (2) Busca na literatura; (3) Seleção dos trabalhos; (4) Extração dos dados; (5) Avaliação da qualidade metodológica (6) Síntese dos dados (metanálise); (7) Avaliação da qualidade das evidências; e (8) Redação e publicação dos resultados”.

O presente estudo foi realizado utilizando de uma revisão sistemática de literatura científica, obtendo como fonte de pesquisa o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com acesso a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDBT) e como palavra chave foi colocado: “Educação Física Adaptada”. Foram levantados cento e um (101) trabalhos (Teses e Dissertações).

Utilizando de uma análise panorâmica como filtro de exclusão, foram retirados os trabalhos que não possuíam relação com formação profissional dos discentes perante a Educação Física Adaptada, chegando para um quantitativo de três trabalhos, representados nos quadro abaixo:

Autor(es)	Título do Trabalho	Tipo de Trabalho	Ano/Local da defesa	Instituição
IVAN CARLOS HORT	A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E/OU SÍNDROMES	DISSERTAÇÃO	2012, BLUMENAU	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
MARINA BRASILIANO SALERNO	A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E O TRABALHO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÃO DISCENTE	TESE	2014, CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTUDAL DE CAMPINAS

ONASSIS FERREIRA DOS SANTOS	REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPE SOBRE A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	DISSERTAÇÃO	2009, RECIFE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO
--	--	--------------------	--------------	------------------------------------

Seguindo este método deu-se sequencia a pesquisa, respondendo as perguntas, os objetivos e a partir de dados levantados, fez-se a reflexão sobre a formação dos professores de Educação Física que buscam atuar na área escolar/inclusiva. O presente trabalho foi utilizado o procedimento metodológico qualitativo, com as técnicas de comparação das fontes citadas no quadro acima.

No primeiro capítulo foi abordado o referencial teórico com elementos que se julga ser necessário dentro de uma pesquisa na área da educação inclusiva sobre a formação profissional de estudantes em Educação Física, já o segundo capítulo foram apresentados os resultados e discussão dos dados a partir de uma análise documental das fontes pesquisadas para a investigação, seguindo das considerações finais a partir dos resultados e análises apresentados durante a pesquisa.

3 REFERENCIAL TEORICO

Para a realização da pesquisa é preciso inicialmente discutir alguns conceitos, dos quais vão ser trabalhados dentro da realização deste estudo, tais como: Inclusão x Integração, Educação Física Adaptada/Inclusiva, Formação Profissional em Educação Física Adaptada/Inclusiva e Terminologias.

Antes de analisarmos os termos citados acima iremos fazer uma explanação dos documentos principais que regem a questão sobre a efetivação dos direitos das pessoas com deficiências por todo o mundo.

- Declaração de Cuenca (1981) [...] discussões referentes à eliminação de barreiras físicas e atitudinais que possam impedir a participação social plena; a classificação dos diferentes níveis de déficits e a igualdade de oportunidade às pessoas com deficiência.
- Declaração de Sunderberg (1981) [...] Aponta para a responsabilidade dos governantes em garantir e efetivar a plena participação na vida social com acesso à escola, à formação, à cultura, à informação e ao trabalho.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) [...] destaca que a educação é um direito de todos e vista como uma forma não única, mas fundamental para garantir um mundo mais justo e seguro.
- Declaração de Santiago (1993) [...] temática envolvendo a pessoa com deficiência quando diz que os professores devem ser capacitados para desenvolver estratégias para a integração dos alunos com deficiência em suas aulas.
- Declaração de Salamanca (1994), [...] responsabilidade dos governos dos diferentes países participantes para elaborar uma legislação que assegure os direitos à educação de qualidade em escolar regular, oferecendo possibilidades de aprendizado para os professores que passariam a receber alunos com deficiência e inserido, já na formação inicial, discussões sobre esta população em específico. (SALERNO, 2014, p.28,29)

Os documentos relatados demonstram a história e luta que as pessoas com deficiências passaram até chegar nos “direitos” que possuem nos dias atuais. A falta de acesso à escola, formação, empregos entre várias outras barreiras foram com o tempo ganhando apoio dos governantes que através destes documentos deram grande respaldo para tal grupo, o que tem que ser exaltado pelo grande passo rumo à inclusão das pessoas com deficiência nas diversas áreas da sociedade.

Todos os documentos relatados deram suporte para que o processo de incluir as pessoas com deficiência dentro da sociedade ganhasse mais força política e

social no Brasil. Tal suporte documental influenciou diretamente a legislação nacional, principalmente no ambiente escolar, mas destacamos que mesmo como todo esse suporte de direitos das pessoas, existe uma grande distância entre os direitos previstos na lei e os direitos realmente conquistados, o que faz com que essa luta seja mais chamativa para os que gostam de desafios.

3.1 Inclusão X Integração

A inclusão chega pra romper barreiras estabelecidas por uma comunidade cercada de preconceitos. Paulon, Freitas e Pinho (2005 p.28) ponderam que a inclusão de crianças com deficiência produz certo impasse no cotidiano escolar, exigindo um constante repensar das práticas pedagógicas por parte dos professores.

Essas crianças, jovens e adultos passam a ser integrados dentro das escolas regulares com atividades diferenciadas e específicas para este público, e não em comum para todo restante dos colegas de sala.

Os professores por falta de conhecimento ou até por estarem estagnados na vontade de exercer sua função, repetem isso a todo o momento, mas não conseguem perceber que inclusão não é apenas o ato de estar no mesmo local, mas sim fazer as mesmas atividades, os mesmos desafios, entre outros mesmos.

O processo de integração se traduz por uma estrutura educacional intitulada **sistema de cascata**, que oferece ao aluno a oportunidade, em todas as etapas da integração, de transitar no sistema escolar, da classe regular ao ensino especial. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque a cascata prevê serviços segregados. (MANTOAN, 1993, p.4)

Desta forma as escolas e a sociedade devem se adequar às pessoas com deficiência e não tais pessoas se adequarem às barreiras impostas pela sociedade. Incluir não é apenas integrar, ou seja, não adianta o cadeirante ir ao cinema e lá ter um filme só para cadeirantes, muito menos uma pessoa com deficiência física na aula de futsal na escola ser colocado para brincar com a bola separada dos outros integrantes.

Dellani e Morais (2012 p.3) dizem que a inclusão: “[...] é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus

direitos e lugar na sociedade”. Uma luta que, segundo os autores caminha em passos lentos para ser vencida.

A integração responsabiliza as pessoas pela sua qualidade e participação perante a sociedade e espaços que ela oferece, onde acham que apenas pela pessoa com deficiência estar no mesmo local que as outras pessoas, esta estará sendo incluída.

Os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. Destaquei os termos porque acho ainda necessário frisá-los, embora admita que essa distinção já poderia estar bem definida no contexto educacional. (MONTANO, 2003, p.15).

Ao falar de inclusão social, tem como pressuposto, a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana, nos diferentes tipos de atividades e nas diversas redes de relacionamentos, “[...] estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados” (DELANNI; MORAIS, 2012 *Apud* WERNECK, 1999, p. 108), nesta perspectiva entende-se que há muita diferença entre o termo incluir e a ideia de integrar.

Para Montano (2005) a relação integração e inclusão tem uma diferença de ações, onde a integração tem objetivo de incluir todos os alunos que um dia foram excluídos, e a inclusão pelo contrário tem o propósito de nunca deixar ninguém no exterior do ensino regular.

[...] na integração escolar o objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. (MONTANO, 2005, p.16)

Desta forma, devemos saber o que realmente é inclusão para que a pequena parcela da população que se diz inclusiva, comece a exercer tais valores e atitudes da forma correta, o que fará a diferença dentro da sociedade, não apenas integrando a população que precisa ser inserida e incluída, mas dando suporte e apoio, responsabilizando toda a sociedade neste processo de inclusão, que se inicia em

casa, devendo ser reproduzido e realizado de maneira correta pelo estado, tendo seu ápice representativo dentro das instituições escolares.

3.2 Educação Física adaptada e inclusiva

Para entender o que é Educação Física Adaptada devemos ter em mente que esta é apenas uma pequena área deste mundo tão grande que é a Educação Física. De fato, com o passar do tempo, foram surgindo novas demandas dentro da sociedade, e a Educação Física assim como outras áreas passaram por determinadas crises por não conseguirem atender toda a demanda que lhe era oferecida. Assim surgiram a Educação Física Corretiva, Educação Física Especial e a EF adaptada.

Para Silva, Seabra JR e Araújo (2008, p.84) a Educação Física Adaptada é apresentada por diversos autores englobando assim uma importante modificação em relação à definição da Associação Americana para Saúde, Educação Física, Recreação e Dança – AAHPERD (1952), esta associação é um programa de atividades adequadas aos interesses dos estudantes com deficiências, que não participam das aulas de EF em geral, se adaptando aos seus interesses, capacidades e as limitações.

[...] respectivamente, em Educação Física Especial e Adaptada apontam basicamente que as diferenças recaem sobre a composição dos grupos (só pessoas em condição de deficiência ou grupos mistos) como também o planejamento de atividades (elaboradas em função da possibilidade de participação do aluno em grupos específicos ou não) (ROSADAS; ARAÚJO, 1998 Apud SILVA, SEABRA JR E ARAÚJO, 2008, p. 84)

A Educação Física Adaptada e Educação Física especial segundo Silva, Junior e Araújo (2008) são consideradas de uso comum, mas quando se tem a participação mais integrada das PCDs (Pessoas com Deficiências) a “EFA” é a mais empregada quando se fala em Educação Física para PCD (Pessoas com Deficiência).

Para se trabalhar com pessoas com deficiências e todas outras pessoas dentro da Educação Física, os professores devem levar em consideração as potencialidades dos alunos, não deixando que as dificuldades e limitações se sobreponham perante o mínimo de potencial que os alunos possam expressar.

Silva, Junior e Araújo (2008) deixam claro em seus relatos essa observação com a seguinte frase “Está implícito que o enfoque dado deve recair sobre as potencialidades do educando em contraposição às suas limitações”, o que Sasaki (2002) também deixa claro em seus dizeres.

Silva, Seabra Jr e Araújo (2008) relata que a partir de vários anos o processo de institucionalização favoreceu de forma bastante expressiva o desenvolvimento da Educação Física Adaptada. Os autores citam alguns dos congressos que julgam terem sido o “solo fértil” em que a semente da Educação Física para pessoas com deficiência veio a germinar:

- Os Congressos Brasileiros do Esporte para todos, de 1982 a 1986.
- Projeto Integrado SEED/CENESP, de 1984 a 1988.
- Plano Nacional de Ação conjunta para Integração da Pessoa Deficiente, de 1985 a 1990.

A Educação Física Adaptada não tem como foco apenas as pessoas com deficiência e sim a inclusão de fato, tendo como referência a Declaração de Salamanca (1994) garantindo o direito a educação á todos, assim a Educação Física Adaptada como disciplina se enquadra nesta perspectiva.

Pode-se entender que essa concepção traz para a EFA, além de outras questões já pontuadas anteriormente, uma nova possibilidade no que diz respeito às pessoas-foco de seu trabalho. É assim que passam a figurar como público-alvo da EFA não somente as PCDs, mas “as pessoas diferentes” (obesas, hipertensas, diabéticas, homossexuais, hemofílicos, com deficiências múltiplas, epiléticas e síndromes, com deficiência física, mental, auditiva, motora, visual e múltipla, entre outras) (SILVA, JUNIOR e ARAÚJO, 2008, p. 101).

Entende-se a Educação Física Adaptada não apenas foca em um determinado grupo da sociedade, mas sim para todos os grupos existentes, buscando incluir e não apenas integrar esses grupos dentro da Educação Física.

3.3 Formação Profissional em Educação Física Adaptada/inclusiva

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994 p. 10) “a preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas”.

Fator que deve ser ressaltado a todo momento pelo fato de os cursos de graduação segundo Cidade (2002) dizer que muitos professores nos dias atuais não

receberam em sua formação assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada /ou inclusiva.

[...] a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso sabemos que, muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão (CIDADE e FREITAS, 2002, p.1).

Há alguns anos atrás, as pessoas que possuíam em seu âmbito familiar pessoas com deficiência tinham receio de que os mesmos frequentassem a escola, e achavam que eles não poderiam ter uma vida dita “normal”. Porém, nos dias atuais essa concepção mudou, as famílias perceberam que as pessoas com deficiência, podem ser independentes, estudar, trabalhar, constituir família, entre outras coisas. Com isso, o número de pessoas com deficiência aumentou nas escolas e os professores devem saber lidar e trabalhar com esses alunos.

Segundo Paulon, Freitas e Pinho (2005), o professor é fundamental no processo de inclusão, mas sozinho pouco pode fazer diante a complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo, o que segundo eles faz-se necessidade de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos de conhecimentos.

As potencialidades e a literatura hoje nos permitem e visualizar inúmeras possibilidades de crescimento e formação para se trabalhar com qualidade com as pessoas com e sem deficiência, mas como em todas as áreas do conhecimento são enormes, existem também as dificuldades, que se enfrenta para que de fato ocorra uma formação qualificada dos profissionais inseridos no ensino superior.

Podemos observar e citar algumas destas dificuldades, como: a infraestrutura, pouca informação dos profissionais regentes, falta de formação continuada dos professores, falta de informações, falta de interesse, dentre tantos outros impedimentos. O que nos faz regredir perante a essa área que a cada dia vem crescendo mais e mais.

[...] carência de profissionais especializados para gerenciamento da formação profissional na Instituição superior; informações desatualizadas e de difícil acesso principalmente no que se refere à literatura especializada; [...] mistificação dos chamados “programas alternativos”, o que acaba por incentivar personalismo e ao mesmo tempo [...]; a criação de barreiras na popularização destes

programas; dificuldades na infraestrutura física e nos recursos humanos dentro das instituições que atendem o portador de deficiências, gerando um distanciamento entre o setor acadêmico e prático, conseqüentemente entre as universidades e o mercado de trabalho; [...] limitações éticas e pouca clareza na relação profissional das chamadas equipes multidisciplinares; a constante flutuação nas decisões políticas em torno da assistência do portador de deficiências e, [...] (MAEUEBERG 1992, p.60-62, Apud LIMA 2005).

A partir das dificuldades apresentadas percebemos que estes empecilhos são formados por barreiras atitudinais, ou seja, por algumas atitudes que devem ser mudadas, dentre elas destaca-se algumas que Lima e Silva (2012, p.5) apresentam em seu artigo como a “Ignorância: desconhecer a potencialidade do aluno com deficiência e o Medo: ter receio de receber a um aluno com deficiência, [...] fazer ou dizer a coisa errada em torno de alguém com uma deficiência”. Barreiras que podem e devem ser superadas desde que sejam trabalhadas em sua essência, e quando voltamos para a formação profissional, tal essência é de como está se dando esta formação dentro dos diversos campos de formação existentes no Brasil e no mundo.

Segundo Cruz e Ferreira (2005) mesmo que percebam avanços na área de atuação profissional da Educação Física não se pode deixar distante o conhecimento produzido academicamente entre atuação do profissional que oferta serviços para as pessoas com deficiência, o que interfere diretamente em todo processo de formação deste grupo.

Muitos profissionais atuantes não tiveram quase nenhuma informação sobre o assunto deficiência dentro da sua formação, o que Cruz e Ferreira (2005) deixam claro em sua fala: “Não se pode ignorar que parte dos professores atuantes em nossas escolas não teve, durante sua formação, acesso a qualquer informação relacionada ao assunto deficiência - particularmente aqueles formados até o final da década de 80” (CRUZ; FERREIRA, 2005, p.164) o que nos deixa uma dúvida sobre como tais profissionais buscaram se profissionalizar para atuar com este grupo.

Assim é importante que o discente saiba que tal formação seja um processo contínuo e atuante, onde os profissionais da área busquem sempre aprimorar visando à inclusão como um processo valioso para a sala de aula, repensando a prática de incluir todos que perpassam pelo ambiente escolar.

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa a sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais

da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm-se dedicado. (BRASIL, 2005, p. 21)

3.4 Terminologias

Para se discutir ou trabalhar com inclusão deve-se primeiramente observar se estamos ou não nos referindo às pessoas que queremos incluir de forma correta na sociedade. Tais pessoas são carregadas de preconceitos, estigmas e estereótipos, assim usar as terminologias corretas é extremamente importante quando nos referimos a elas.

[...] Para a filosofia, a terminologia é um conjunto de unidades cognitivas que representam o conhecimento especializado. É, portanto, uma forma de conhecer [...] a terminologia é o conjunto das unidades de expressão e comunicação que permitem transferir o pensamento especializado [...] é uma forma de transferir, de comunicar (CABRE, 1995, Apud DIAS, 2000, p. 90-91).

Assim como quase tudo na vida evolui, as terminologias também acompanham esta evolução, o que era correto antes, hoje já não é mais, isto devido a valores e conceitos que a sociedade vai agregando de acordo com sua existência.

Os termos são considerados corretos em funções de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, e que exige o uso de outras palavras. (SASSAKI, 2002, p.6)

Muitas são as tentativas de acabar com o preconceito relacionado as pessoas com deficiência, porém as barreiras são várias, e como se referir a tais pessoas é uma das maiores dificuldades que a população em geral possui. Sasaki (2002) em sua publicação deixa o relato que a todo o momento “ [...] lemos termos incorretos em livros, revistas, jornais, programas de televisão e de rádio, apostilas, reuniões, palestras e aulas” o que para a maioria da população que não usa os termos corretos não possui impacto nenhum.

Assim o bullying, que é uma forma de preconceito, é representado através de termos e apelidos desumanos perante as pessoas com deficiência, com palavras como: Aleijadinho, deficiente, ceguinho, incapacitado, anormal, retardado mental, entre varias outras usadas de forma covarde segundo Sasaki (2002). Após a

década de 80 tais termos ganharam novas nomenclaturas, e uma das mais importantes de acordo com Sasaki (2002) foi a do acréscimo da palavra “PESSOA”.

O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: “Puxa, os deficientes são pessoas!?” Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje (SASSAKI, 2002, p.8).

Nesta perspectiva, o autor Sasaki (2002) aponta alguns termos utilizados pela sociedade que antes eram de cunho pejorativo e atualmente proporciona uma linha mais inclusiva seguindo a evolução dos anos. Por exemplo, o termo ceguinho atualmente é apresentado com deficiente visual, o termo portador de deficiência é apresentado como pessoa com deficiência. Esses e outros exemplos são apresentados no quadro a seguir.

TERMOS	
ERRADO	CORRETO
“Apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno	“ <i>Ele tem deficiência e é um ótimo aluno</i> ”
“CEGUINHO”	“Deficiente visual”
“Defeituoso Físico, Aleijado”	“Pessoa com deficiência Física”
“INVALIDO”	“PESSOA COM DEIFICIENCIA”
“portador de deficiência”	“Pessoa com Deficiência”

Pode-se perceber a partir do quadro, o quanto se era ofensivo quando nos referíamos às pessoas com deficiência o que nos leva a viver refletindo em como estamos agindo perante as pessoas que estão a nossa volta. A forma de nos referir ao outro pode causar diversos sentimentos, dentre eles a melhor escolha é o que respeito.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste Capítulo irei apresentar os resultados obtidos a partir da leitura e interpretação dos três trabalhos citados e em sequência analisa-los. Os trabalhos serão identificados a partir das numerações: T1, T2, e T3 que serão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Trabalhos Analisados.

Autor(es)	Título do Trabalho	Tipo de Trabalho	Nº de Sujeitos por pesquisa.	Ano/Local da defesa	Instituição
IVAN CARLOS HORT T1	A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E/OU SÍNDROMES.	DISSERTAÇÃO	5	2012, BLUMENAU	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
MARINA BRASILIANO SALERNO T2	A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E O TRABALHO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÃO DISCENTE	TESE	176	2014, CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTUDAL DE CAMPINAS
ONASSIS FERREIRA DOS SANTOS T3	REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPE SOBRE A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	DISSERTAÇÃO	20	2009, RECIFE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO

A partir dos dados de 201 sujeitos investigados nos trabalhos analisados e também da percepção dos autores desses trabalhos, foram elencados quatro eixos temáticos: a) Conceito de inclusão para os discentes e autores; b) Conteúdos aprendidos e as ausências identificadas pelos discentes na disciplina de EFA em relação as pessoas com deficiência; c) Estágio, extensão e pesquisa e a formação inicial no trato com a diferença e d) Discentes e as Terminologias.

4.1 A Inclusão para os discentes e autores

Neste tema eixo abordaremos as percepções dos autores dos trabalhos analisados e dos sujeitos de suas pesquisas acerca da integração e da inclusão.

A inclusão aparece nos trabalhos analisados como um conceito muito complexo, onde os discentes em sua maioria apresentam conceitos variados, diferentes dos autores que tendem a um conceito mais uniforme de inclusão.

A partir das análises do trabalho é possível identificar entre os autores e seus sujeitos 3 vertentes conceituais: a) inclusão das pessoas com deficiência; b) inclusão de todas as pessoas que são excluídas dentro da sociedade; e c) noção de inclusão que se assemelha com a integração.

Em relação à vertente *inclusão das pessoas com deficiência* a pesquisa de Salerno (2014), demonstra que dos 176 discentes entrevistados apenas 34 apresentam falas que demonstraram compreender o processo de inclusão neste eixo, como demonstram as falas seguintes “[...] Englobar a PCD em qualquer área da sociedade [...] Minimizar desigualdades que impedem a participação da pessoa com deficiência” (SALERNO,2014, p.127).

Na pesquisa de SANTOS (2009) assim como HORT (2012) não apresentam especificamente os conceitos de inclusão dos discentes entrevistados, mas é observado em suas falas sobre outros aspectos, que os discentes entendem a inclusão voltada para a pessoa com deficiência, como demonstra a fala a seguir [...] Inserir as pessoas ditas especiais na sociedade e saber como lidar com isso. [...] (Sujeito 2 Apud SANTOS, 2009, p.89).

No entanto, percebemos que alguns dos entrevistados de T1 apresentam ainda uma confusão conceitual em relação à terminologia, pois utilizam o termo alunos com necessidades educativas especiais como sinônimo de alunos com deficiência, como será visto no eixo temático sobre terminologias.

Já os autores dentro do eixo inclusão das pessoas com deficiência, Hort (2012) discorre sobre inclusão com uma visão mais abrangente, mas pelo fato de seu trabalho ter uma especificidade no trato com as pessoas com deficiência este é direcionado mais a esse público como visto na fala “[...] a Educação Física Adaptada visa à inclusão escolar do aluno com necessidades especiais nas atividades físicas

oferecidas pelas escolas de ensino regular. [...]” (HORT, 2012, p.20), o que não faz de sua percepção sobre inclusão fechada apenas para este campo.

Salerno (2014) mostra em seu trabalho as vertentes do eixo inclusão, mas o fato de estar com sua pesquisa dentro do campo das pessoas com deficiência também dá enfoque para esta área, como visto em sua fala “[...] observamos o delineamento do processo de inclusão da pessoa com deficiência e os aspectos legais que abarcam o segmento escolar, esportivo e do lazer [...]” (SALERNO, 2014, p.8).

Santos (2009) nos mostra em algumas falas sobre a inclusão voltada como inserção das pessoas com deficiência na sociedade, principalmente no âmbito escolar [...] essa visão do ser humano, proposta pelos PCN da Educação Física, que pode favorecer a inclusão dos deficientes, pois a participação mais efetiva, na convivência com o grupo possibilita um envolvimento maior [...] (SANTOS, 2009, P.31).

Em relação a vertente da inclusão de todas as pessoas que são excluídas dentro da sociedade tem no trabalho de Hort (2012) nenhum relato de estudantes que corroboram com esta ideia, isto se justifica pelo fato de não serem perguntados diretamente sobre o conceito de inclusão, visto que não podemos dizer que estes estudantes não possuem algum conhecimento sobre este eixo.

Já na pesquisa de Salerno (2014), os discentes foram perguntados sobre inclusão sendo possível identificar em análises de alguns dados expostos no trabalho que dos 176 discentes entrevistados 64 apresentam falas que demonstraram compreender o processo de inclusão voltado para todas as pessoas da sociedade, como demonstram as falas seguintes “[...] Englobar todos em qualquer área da sociedade, oportunidade igual a todos [...] Modificar todos os aspectos possíveis (estruturais, culturais, sociais) para garantir o acesso de todos [...]” (SALERNO, 2014, p.127).

Santos (2009), assim como Hort (2012) não faz perguntas direcionadas ao conceito de inclusão, e mesmo analisando as falas dos 20 discentes de seu trabalho não foram identificados estudantes que corroboram com este eixo de inclusão para todos. Cabe destacar que as questões realizadas aos discentes não deram margem a este tipo de reflexão, e assim destaca-se então a impossibilidade de afirmar a restrição de percepção sobre as problemáticas mais amplas acerca da inclusão.

Seguindo no eixo inclusão para todos, Salerno (2014) possui uma visão sobre inclusão abrangente, onde também relata que esta deve ser voltada para todos dentro da sociedade “[...] pelo conceito de inclusão, todos devem buscar se adequar, tanto escola quanto aluno, tendo como foco o ser humano, independentemente de suas características [...]” (SALERNO, 2014, p.27). onde todos possuem direitos e deveres, e que a inclusão é um avanço perante a integração, como comprovado na fala seguinte “[...] a década de 1990 como o momento no qual a integração da pessoa com deficiência cede espaço ao ideal de inclusão [...]” (SALERNO, 2014, p.27).

Hort (2012) assim como Salerno (2014) corrobora com uma visão ampliada da inclusão, entendendo esta como o ato de incluir todos em todas as áreas da sociedade, seja na parte social ou escolar, como é observado na fala seguinte “[...] Diante desse contexto em que o processo de inclusão social e escolar para todas as pessoas, sem exceção [...]” (HORT, 2012, p 26).

Santos (2009), não deixa claro sua visão sobre uma inclusão voltada para todos, isso devido aos seus objetivos dentro do seu trabalho ser a atuação com as pessoas com deficiência, mas foi possível observar durante seu estudo algumas indicações que o autor apresenta na sua visão de inclusão para todos, como na fala seguinte:

[...] O eu se protege por uma bolha, levantando barreiras, para não tomar conhecimento do que incomoda. Mas para existir inclusão, temos que pensar no nós. Pensar no que eu não faço parte de uma solução para um problema que se mostra claro [...] (SANTOS, 2009, p.43).

A última vertente conceitual é a da inclusão que se assemelha com a integração, no de Hort (2012) dos 5 discente entrevistados não foi percebido nenhuma fala com discurso voltado para a integração. No de Salerno (2014) assim como no de Hort (2012) houve apenas uma citação dos 181 estudantes somados os dois trabalhos que se assemelha a essa vertente conceitual, que foi nesta fala “[...] Integrar pessoas com deficiência intelectual ou física [...]” (Sujeito x Apud SALERNO, 2014, p.127).

No trabalho de Santos (2009) tivemos que analisar os relatos dos 20 discentes, onde, foi possível identificar na fala de apenas 1 estudante um discurso voltado pro lado integrativo: “[...] Todos são diferentes [...] Você tem que pensar nas

questões que envolvem aquela pessoa [...] Tinha que adaptar aquela atividade para que essa pessoa [...] “ (sujeito 4 apud SANTOS, 2009, p.98).

Subtende-se após o apresentado perante os 201 discentes que essa última vertente conceitual não é tão expressa claramente nas falas dos estudantes e que este eixo deve ser mais abordado na formação dos futuros professores.

É notada a ausência de mais discussões durante os trabalhos que envolvam a diferença entre inclusão e integração para os 201 discentes investigados, o que poderá refletir claramente na forma de atuação profissional dos mesmos, por ser um assunto que se mostra bastante importante.

Os autores Almeida e Marinho (2009, p. 26). Apud Guijarro (2005), nos ajudam identificar diferenças pontuais sobre inclusão e integração, como visto em suas falas a seguir:

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas. (GUIJARRO, 2005 Apud ALMEIDA; MARINHO 2009, p. 26).

As diferenças entre estes dois conceitos se mostram bastante importante no momento da atuação profissional do professor de educação física, onde o mesmo deve-se saber que todos os alunos independente de suas limitações físicas, sociais ou intelectuais devem fazer parte do processo e realização das suas aulas.

A inclusão de fato é algo muito complexo e se diferencia perante a integração, assim destacamos uma fala de Verissimo (2001) que retrata sobre um conceito de inclusão próximo que entendemos ser o mais plausível, onde o autor entende que inclusão social é:

Processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (VERISSIMO, 2001, p. 6-10).

Para os autores dos três trabalhos, fica claro que Hort (2012), Salerno (2014) e Santos (2009) possuem um conceito de inclusão mais abrangente, onde possuem clareza de que incluir é algo voltado para todas as pessoas, mesmo que seus trabalhos visem a pessoa com deficiência eles entendem que incluir é uma via de mão dupla, onde tanto sujeito quanto sociedade precisam realizar seus papéis, equiparando segundo Verissimo (2001) oportunidades para todos.

Pode-se observar nos trabalhos que muitos estudantes compreendem que o movimento da inclusão requer uma mudança da sociedade para melhor atender as pessoas com deficiência. Dado que implica na percepção que a Educação Física pode modificar seu modo de agir para poder atuar de modo inclusivo.

Faz-se necessário levantar que em Hort (2012) e Santos (2014) não se pode dizer que a percepção dos discentes restringe o conceito de inclusão apenas as pessoas com deficiência, pois não lhes foi requisitado que se posicionassem efetivamente acerca da questão, e sim acerca do trabalho com as pessoas com deficiência.

Podemos diagnosticar que mesmo os discentes não possuindo clareza sobre o que é inclusão, demonstram dados positivo perante a inserção das pessoas com deficiência sociedade, mas que mesmo assim se faz necessário lapidar estes diamantes dentro das universidades para que ocorra uma mudança perante a formação profissional e saiam mais prontos para atuar, semeando assim sociedade mais inclusiva.

4.2 Conteúdos aprendidos e as ausências identificadas pelos discentes na disciplina de EFA em relação às pessoas com deficiência

Neste tema/eixo abordaremos as percepções dos sujeitos dos trabalhos analisados acerca do que foi aprendido e o que sentiram falta dentro da disciplina de Educação Física Adaptada em relação às pessoas com deficiência.

Dividiremos este eixo nas duas identificações, primeiro levantando os conteúdos aprendidos e depois o que os discentes sentiram falta dentro da sua formação dentro da disciplina.

Na análise de Hort (2012) sobre seus 5 discentes entrevistados abordam em suas falas que a disciplina de Educação Física Adaptada foi capaz de fornecer

contextualização histórica, concepções e conceitos para que possam aprender e atuar dentro da educação inclusiva, o que é percebido nas falas a seguir:

“[...] nelas fizemos pesquisas sobre várias deficiências, vivenciamos aulas práticas com portadores de necessidades especiais como goalball e práticas inclusivas[...]”(sujeito A3 Apud HORT, 2012, p.49).

“[...] a disciplina fornece uma base de como usar e quando usar métodos de abordagem visando sempre a integração e a inclusão social dando auxílio para cada aluno, respeitando suas necessidade e limitações [...]” (Sujeito A4 Apud Hort, 2012, p.49).

Salerno (2014) no seu estudo o T2, não faz diretamente uma pergunta a cada um dos 176 estudantes sobre os conteúdos ministrados dentro das disciplinas específicas, e sim perguntas abertas para os estudantes, onde é levantada pela autora em seu trabalho uma tabela com todos os temas citados por estes discentes durante as entrevistas. Os temas mais citados pelos discentes foram: Atividade Física Adaptada com 173 indicações, Inclusão com 154 indicações e Acessibilidade com 131 indicações, dados estes levantados de um total de 176 estudantes, mostrando que teve uma heterogeneidade de temas discutidos em aula durante a formação dos discentes entrevistados, sendo uns mais abordados do que outros. Tabela que iremos apresentar com todas as informações que Salerno (2014) colheu a seguir.

TABELA 5
Temas específicos sobre a pessoa com deficiência⁴

TEMAS ABORDADOS EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	U 1 Total: 48	U 5 Total: 51	U 9⁵ Total: 77	Total de indicações
Legislação	26	28	23	77
Esporte de alto rendimento	12	42	71	125
Esporte de participação	29	39	60	128
Atividade física adaptada	45	51	77	173
Acessibilidade	30	44	57	131
Atendimento no clube	6	2	6	14
Inclusão	45	46	63	154
Inclusão educacional	26	37	61	124
Educação física escolar	21	34	56	111
Lazer	10	32	29	71
Atendimento na academia	14	5	7	26
Atendimento na empresa	6	4	3	13

(SALERNO, 2014, p.109)

Já no trabalho do autor Santos (2009), foram entrevistados um total de 20 discentes, dos quais apenas metade irão contribuir para esse eixo sobre a disciplina, pelo fato de apenas 10 terem cursado a disciplina de Educação Física Adaptada.

Dos estudantes que já haviam cursado, todos responderam que a disciplina contribuiu para sua prática pedagógica dando suporte e conteúdo, facilitando a compreensão e as melhores adaptações para tal prática, o que é visto nas falas a seguir “Maior conhecimento das dificuldades e dos procedimentos de aulas para esse grupo [...] me deu suporte para compreender melhor as limitações de cada deficiência [...] facilitando algumas adaptações na minha prática pedagógica” (SANTOS 2009. p. 69-70).

Dos 10 sujeitos que cursaram a disciplina no trabalho de Santos (2009), oito (8) disseram que a disciplina fornece bases teóricas e metodológicas suficientes para o conhecimento inicial dessa área.

Percebe-se que no texto de Hort (2012) e Santos (2009) foram feitas perguntas diretas sobre os benefícios e os conteúdos aprendidos com a disciplina e os resultados obtidos pelos autores foram em sua maioria positivos, já no trabalho

de Salerno (2014) os discentes apenas apontaram os conteúdos trabalhados, porém não disseram se a disciplina contribuiu de forma positiva para sua formação.

É importante a partir do apresentado pelos autores abordar que a maioria dos discentes discorre sobre a disciplina de forma positiva, e que elas deram bagagem substancial para sua formação profissional, o que será questionado nas ausências.

Sobre os conteúdos apreendidos foi visto que Salerno (2014) em seu trabalho apresenta uma variação de conteúdos abordados na formação dos estudantes, onde uns apareceram mais recorrentes do que outros. Percebe-se que as práticas sociais integrativas está presente com grande força nos dados apresentados, o que nos remete a pensar a importância destas práticas, que é representada na tabela como esportes de alto rendimento.

Para dar sequência à discussão retomamos a inclusão e integração, onde as duas possuem um papel fundamental na luta das pessoas com deficiência de buscarem seu espaço na sociedade, mas utilizam de meios diferentes para chegarem a suas metas, o que é expresso na fala de Mantoan:

Ocorre que os dois vocábulos - integração e inclusão - conquanto tenham significados semelhantes, estão sendo empregados para expressar situações de inserção diferentes e têm por detrás posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas. (MANTOAN, 2004 p.2)

Assim enquanto a integração insere as pessoas, mas colocando a responsabilidade em cima da própria, a inclusão diz que a responsabilidade não é apenas do sujeito, mas de todo o meio em que ele esta inserido.

Vivemos em uma sociedade que se remete a processos históricos, culturais e sociais, onde há alguns anos atrás não era levado em consideração discutir sobre a inserção das pessoas com deficiências na sociedade, e o surgimento de práticas sociais integrativas como as paraolimpíadas, foi um marco importante para que esta discussão surgisse e a cada ano ganhasse força, o que justifica tamanha demanda do esporte de alto rendimento na tabela de Salerno (2014). Percebe-se que o esporte de alto rendimento voltado às pessoas com deficiência proporcionou que as pessoas fossem inseridas de alguma forma dentro da sociedade, mesmo que esta inserção não fosse a ideal, proporcionou as pessoas integrarem às vezes de forma prazerosa a esta sociedade tão exclusiva, o que também se repete no esporte de participação.

Brazuna e Castro (2001, p.117) dizem que: “[...] Para muitos atletas o esporte define sua vida inteira, tendo um sentido importante na sua identidade em geral, fragilizada pelas pre-concepções sobre “corpo perfeito” ou “corpo eficiente.” [...], assim a importância do esporte de alto rendimento para as pessoas com deficiência, onde mesmo não sendo para todos, mostra uma saída rumo a quebra de paradigmas e preconceitos que irão enfrentar. Brazuna e Castro (2001) ressaltam que o esporte além da parte emocional, se mostra como causador de vários outros benefícios, relatados na fala a seguir:

[...] esporte é um sentido para a vida, muitos atletas que param com os treinos sentem como se tivessem perdido algo. O desempenho atlético é associado com ganhos significativos não só na capacidade física e manutenção de independência, mas também para a saúde mental, incluindo a percepção de competência e identidade pessoal. (BRAZUNA; CASTRO 2001, p.117).

O que justifica ainda hoje o esporte de rendimento e o esporte de participação serem ministrados como um dos conteúdos mais presentes dentro da disciplina de Educação Física Adaptada, onde tais práticas sociais integrativas possuem grande importância na construção de uma sociedade que lute pela inclusão.

Outro conteúdo que é importante dar destaque é o da Acessibilidade. Percebe-se que o tema é bastante trabalhado dentro da disciplina nas universidades que a autora Salerno (2014) investigou o que mostra ser bastante positivo pelo fato de a acessibilidade ser um dos obstáculos que as pessoas com deficiência mais enfrentam no cotidiano.

A ABNT NBR 9050 atualizada em 2015, diz que a acessibilidade é:

[...] a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (NBR 9050, 2015, p.2)

Conceito que utilizaremos como base para justificar a importância de se trabalhar tal conteúdo durante a formação desses futuros professores.

O conteúdo acessibilidade apresentado entre tantos participantes (131) na tabela de Salerno (2014) nos faz perceber que o autor obteve resultados positivos dentro desta vertente disciplinar, pelo fato de ser o que gera a maior possibilidade de alcance perante a sociedade das pessoas com deficiência, podendo ser destacado como um avanço no sentido de preparar os profissionais que pretendem atuar na área da inclusão.

Dando sequência a análise dos dados é visto ainda na tabela de Salerno (2014) que além da disciplina voltada para inclusão, outros temas apareceram em grande escala, como a Atividade Física Adaptada com a maior citação entre os entrevistados (173), um conteúdo que se faz totalmente necessário perante a formação de quem irá trabalhar diretamente ou indiretamente com as pessoas com deficiência, onde tal tema segundo Duarte e Werner (1995) Apud Cidade e Freitas (2012) é:

[...] "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (DUARTE e WERNER, 1995 Apud CIDADE; FREITAS 2012, p.1).

Os autores citados dão suporte para que possamos entender o quão importante é trabalhar a Atividade Física Adaptada para os futuros professores. Porém não podemos dizer se tal tema está sendo trabalhado valorizando as potencialidades dos alunos e não suas limitações, o que implicaria em uma investigação diferente da qual Salerno (2014) buscou na realização do seu trabalho.

Em relação às ausências identificadas perante a disciplina, percebeu-se através de alguns relatos a pouca ou a não existência de experiências de contato com pessoas com deficiências, o que se remete a certa disjunção entre teoria e a prática.

No trabalho de Hort (2012) os discentes demonstram que mesmo se dizendo preparados para atuar profissionalmente com pessoas com deficiências, não expressaram no presente trabalho que tiveram contato com este grupo durante a disciplina, mas que este contato ocorreu em suas atividades fora da universidade, como na fala de um dos entrevistados: "Apenas posso ter um relacionamento com esses alunos quando esses mesmos se dispõem a fazer aulas de lutas ou nas academias aonde dou aula" (Sujeito A1 Apud HORT, 2012, p.37), uma questão que

se destaca é este pequeno contato com as pessoas, onde outro discente relata que tal experiência acontece apenas uma vez no ano, como é visto na fala seguinte: “Dia especial para pessoas especiais do grupo UNIASSELVI – Uma vez por ano” (Sujeito A5 Apud HORT, 2012, p.37).

Já em Santos (2009), foi possível verificar a partir das respostas diretas dos alunos sobre ausências identificadas que dos dez (10) estudantes que cursaram a disciplina dois (2) disseram que a mesma não fornece bases teóricas e metodológicas suficientes para a intervenção, sentindo falta de mais aulas teóricas e práticas e reclamaram do fato de não existir contato com pessoas com deficiência para além do projeto de extensão, não sendo expresso no trabalho, mas identificado na fala seguinte do próprio autor:

[...] dos 20% de estudantes que disseram que a disciplina não fornece bases teóricas [...] um participante falou que poderia haver mais aulas práticas, [...] outro sentiu falta de aulas teóricas [...] os dois questionaram de forma diferente, o fato de o contato ser exclusivamente com o PRO-NIDE. Um relatou que as aulas práticas eram só no projeto UFPE. O outro sujeito relatou a falta de conhecer outras instituições que trabalham na área. (SANTOS, 2009, p. 72-73).

Fica claro nas ausências que os próprios estudantes veem a importância de se ter contato direto com as pessoas com deficiências, o que lhes dará todo acervo de experiência para atuar nesta área.

Verifica-se nas falas dos discentes que mesmo existindo o contato, este se dá apenas dentro do projeto de extensão, o que cabe analisar que tais projetos de extensão são fornecidos dentro das universidades, mas que não suportam todos os alunos da disciplina de Educação Física Adaptada juntos.

Tais relatos corroboram com o que ainda é visto nos dias atuais, pois se não buscarmos uma formação fora do que a universidade nos fornece em relação à área de atuação perante as pessoas com deficiências, iremos encontrar dificuldades para aprender dentro dos campos de atuação na sociedade.

Faz-se então necessário a pergunta: Porque não criar estratégias dentro da formação do professor de Educação Física, que busquem criar oportunidades de experiências teórico-práticas para os professores que visam atuar dentro da área de inclusão? A resposta poderá ser nos dada de várias formas, desde a falta de tempo até a falta de vontade dos próprios gestores, porém, existem soluções que se não

resolverem tal problema, podem dar um salto qualitativo dentro da formação dos profissionais que visam trabalhar nesta área, que seria a “interdisciplinaridade”.

“O conhecimento não é “propriedade” de disciplinas isoladas e não provém delas, sendo esta uma condição de possibilidade de se vivenciar a interdisciplinaridade” (PEREIRA 2004, p.34). O que nos permite dizer que tamanha demanda para os futuros professores não deve estar restrita apenas a uma única disciplina, existindo assim uma redistribuição de temas e práticas que incluam as pessoas com deficiências nas diversas disciplinas que formam o curso de Educação Física dentro das Universidades.

A partir de uma reflexão sobre os três trabalhos, percebemos que a disciplina fornece uma bagagem com os conteúdos básicos para que os estudantes possam construir uma sociedade mais inclusiva e acessível para as pessoas com deficiência, visto que os conteúdos apresentados pelos autores e as falas dos discentes se mostram em sua maioria de forma positiva. Assim podemos dizer que é essencial que exista dentro da formação dos profissionais de educação física uma disciplina voltada para a Educação Física Adaptada, mas mesmo existindo uma disciplina específica, se faz necessária uma interdisciplinaridade que vise relacionar teoria e prática sobre as pessoas com deficiência dentro do curso em outras matérias, para que este processo seja intenso, rico e funcional dentro da formação dos estudantes.

4.3 Estágios, extensão e pesquisa e a formação inicial no trato com a diferença

Neste tema/eixo levantaremos dos autores e sujeitos dos trabalhos analisados dados acerca dos espaços de formações fora das salas de aulas, como os estágios e os projetos de extensões que contribuiriam na formação destes profissionais no trato das diferenças.

No trabalho Hort (2012) não foi dado nenhum enfoque nos estágios e extensões que os alunos fizeram ou possuíam a possibilidade de fazer, isto se justifica pelo fato do objetivo do trabalho de Hort ser sobre a disciplina de Educação Física Adaptada fornecida pela Associação Educacional Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e a atuação dos egressos.

No entanto, foi possível identificar que um acadêmico da pesquisa de Hort (2012) estagiava em uma Escola que atendia estudantes com deficiência, atuando com “atividades de auxílio a deficientes físicos, visuais, mentais, auditivos e

síndrome de down.” (Sujeito A4 Apud HORT, 2012, p.37). Cabe destacar que, não fica claro no texto da pesquisa se esta atividade era curricular ou extra-curricular.

Sobre atividades de extensão o Sujeito A5 relata que a Instituição de Ensino Superior onde curso promove uma vez ao ano um dia para atendimento de pessoas com deficiência: o, [...] “Dia especial para pessoas especiais do grupo UNIASSELVI – Uma vez por ano.” (Sujeito A5 Apud HORT, 2012, p.37).

As atividades citadas são escassas, mas relevantes, já que são citadas independentes do objetivo dessa pesquisa, dando indícios de uma percepção de que a disciplina de Educação Física Adaptada, as atividades de estágio e as práticas de extensão são complementares no processo formativo.

Salerno (2014), somando as três universidades investigadas um total de 16 projetos de extensão voltados às pessoas com deficiência, 1 estágio adaptado que não é especificado pela autora em qual área como visto na fala a seguir: “[...] Estágio adaptado, sem especificar qual” (SALERNO, 2014, p.115) e 1 intervenção na escola que se assemelha com estágio. A quantidade de projetos que possibilitam a experiência prática com as pessoas com deficiência, se mostra relativamente grande quando pensado para três universidades, mas quando se é levantado que de 176 entrevistados apenas 63 participaram de projetos de estágio e extensão envolvendo pessoas com deficiência é um dado que faz repensar como está se divulgado e apresentado estes projetos para os alunos, o que se feito com qualidade poderá dar um salto quantitativo bastante significativo elevando o número de estudantes participantes, já que o total de projetos possui um grande potencial, precisando ser mais explorado, o que contribuirá diretamente na formação profissional destes estudantes perante as diferenças dentro das instituições investigadas.

Salerno (2014, p.116) fez um levantamento, onde dos 113 alunos que nunca participaram de projetos dentro das universidades justificaram como motivos a “falta de interesse com 44 citações”, em segundo “horários incompatíveis com 36 citações” e em terceiro “Compromissos com outros projetos que não havia pessoa com deficiência” seguido de outros motivos (SALERNO, 2014, p.116).

Tais dados levantados por Salerno (2014) nos remetem a refletir que não se trata apenas das universidades fornecerem ações de extensão e estágio para os alunos, “deve-se convencê-los”, o que resulta em um grande desafio, pelo fato dos

interesses dos estudantes em maioria não possuem ao menos a possibilidade de atuar com esta população, o que se justifica nos dados apresentados pela autora.

É necessário destacar o grande número de ações de extensão e estágios inclusivos encontrados nas universidades investigadas por Salerno (2014), já que na atual conjuntura é possível que os professores e profissionais de Educação Física mesmo não querendo, necessitem atuar em algum momento com pessoas com deficiência em espaços comuns, a saber: escolas regulares, clubes, academias, escolinhas de esporte, etc.

Santos (2009) demonstra que no grupo que não havia cursado a disciplina quando perguntado, apenas um sujeito respondeu que trabalhava diretamente com a Educação Física Adaptada, ou seja, de um total de 10, apenas 1 trabalhava diretamente com pessoas com deficiência, um dado relevante pois este sujeito já trabalhava há 11 anos, e ainda não havia cursado a disciplina de Educação Física Adaptada. Em Santos (2009) a relevância se mostra porque a ausência de conhecimentos pode produzir práticas nem sempre adequadas e seguras, o que afeta diretamente a comunidade, por outro lado, a experiência é parte importante do processo de formação e um aluno que chega para cursar disciplinas específicas com uma bagagem de 11 anos de experiência pode contribuir bastante na formação de seus colegas, abrindo leques para estes adquirirem experiências práticas, como um novo campo de estágio por exemplo.

Freire (1996) faz uma reflexão sobre a importância de aliar teoria e prática, visto que se arriscar apenas em uma acarretará em uma forma equivocada de formação do professor: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p.11) onde o mesmo seguindo esta ideia de aliança afirma que “[...] neste sentido que se pode afirmar ser tão errado separar prática de teoria” (Freire, 1996, p.78) reafirmando a importância da teórica/prática no processo de formação dos professores.

Já no outro grupo de Santos (2009), quando perguntado sobre trabalho, dos dez perguntados que já haviam cursado a disciplina apenas três trabalhavam com a Educação Física Adaptada, mas há de ressaltar que nenhum dos 3 adquiriram experiência em EFA fora do curso, pois Santos (2009) deixa claro que estes sujeitos “[...] “ trabalharam no PROJETO do Núcleo de Educação Física e Desporto de Iniciação ao Desporto Especial - PRO NIDE/UFPE”, um projeto de extensão

oferecido a comunidade (SANTOS, 2009, p.65). Dados importantes pra se destacar, onde o autor faz uma ressalva: “[...] 30% é um percentual baixo, o que nos remete a uma reflexão, para encontrar uma forma [...] que os alunos que cursaram a disciplina, possam participar mais efetivamente junto ao PRO-NIDE.(SANTOS, 2009, p 65).

A ressalva do autor nos leva a pensar sobre como se dá a divulgação dos projetos dentro das instituições, o que também deve ser estendido no T2 da autora Salerno (2014).

É valido destacar que de um total de 5 universidades investigadas pelos autores, a que mais fornece dados sobre estágio e extensão é uma que Salerno (2014) intitulou de U9, com um total de 14 projetos/estágios/eventos voltados a formação do profissional para atuar com as diferenças, um número alto se comparado com as outras universidades analisadas pelos autores investigados, onde não chegam nem a metade deste total.

Partindo para a análise do eixo, devemos entender a importância que é a extensão universitária para a formação dos professores, e o quanto estes projetos juntamente com os estágios enriquecem tanto os professores em formação, quanto reciclam com novos saberes que os professores do campo de estagio (escolas ou outros locais de intervenção onde os estagiários interveem), ou seja, oferecem a sociedade uma troca de saberes rica para os dois lados.

Jezine (2004) relata a importância da extensão universitária, pois para a autora “[...] a extensão universitária é redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes” (JEZINE, 2004, p.2). Onde tal troca de saberes se mostra importante para os dois lados, sociedade e universidade.

Quando situamos as universidades pesquisadas pelos 3 trabalhos é observado a partir do que os autores nos apresentaram um pequeno número de projetos de extensão universitária voltadas a atividades para pessoas com deficiências, isto comparando com os outros campos de atuações que este grupo não se encontra em grande escala presente (Técnico de futebol, professor de academia, personal trainer, etc), o que trazendo para a realidade social, se mostra um avanço na luta de se construir uma sociedade que respeite e atue buscando a inclusão das diferenças.

É notado que assim como em todas as universidades, onde mesmo não existindo projetos específicos para a intervenção junto às pessoas com deficiências, existem projetos voltados à comunidade em geral, com isso, surge à demanda de pessoas com deficiência para serem atendidas dentro de tais projetos, tornando possível algumas experiências.

Não podemos afirmar que é o caso destas universidades investigadas, pelo fato de tais informações não serem expostas para tal análise. Faz-se necessário informar que os trabalhos analisados não abordaram a questão da realização de pesquisas seguidas de publicação na área analisada, não podendo ser analisado tal vertente, o que se na realidade das instituições investigadas for comprovado implicaria na não produção de conhecimento teórico-científico sobre determinada demanda da sociedade, a das pessoas com deficiência.

A extensão possibilita uma integração entre ensino-pesquisa, onde Jezine (2004) diz:

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, [...] em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania (JEZINE, 2004, p.3).

A partir do descrito pela autora, observa-se que existe uma ação tanto do lado da universidade quanto da comunidade, fazendo com as duas façam parte do processo de pensar e fazer, se tornando participativa e crítica, justificando o que acreditamos ser correto na formação dos profissionais que irão intervir na sociedade. Segundo Jezine (2004) o ensino e pesquisa contribuem de forma significativa na formação do aluno, professor e sociedade, fazendo deste tripé pilares para a produção do conhecimento, de forma crítica e autônoma. (p.3). O que corrobora com os ditos de Freire (1996) onde o mesmo afirma que:

[...] o conhecimento novo supera outro antes que foi novo [...] Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. (FREIRE. 1996, p.15)

Assim percebe-se a importância dessa troca de experiências que o tripé ensino, pesquisa e extensão possuem, fornecendo possibilidades bastante positivas dentro da formação dos profissionais que visam trabalhar com Educação Física Adaptada, tornando professores mais preparados para atuar no campo da inclusão superando os desafios surgirão na sua atuação.

4.4 Discentes e as Terminologias

Neste tema eixo levantaremos dos autores e sujeitos dos trabalhos analisados dados acerca das terminologias utilizadas pelos discentes e os autores, diagnosticando como se referiam ao público alvo desta pesquisa, as pessoas com deficiência.

No trabalho de Hort (2012) os 5 discentes se referenciam às pessoas com deficiências com terminologias antigas, que não são mais utilizadas, onde Sasaki (2003) deixa claro que estas terminologias sofreram mudanças de acordo com o tempo. Os discentes apresentam termos antigos perante as pessoas, o que é relatado nas falas seguintes “[...] atividades de auxílio a deficientes físicos, mentais, auditivos e portadores de síndrome de Down.” “[...] tenho três alunos com necessidades educativas especiais, sendo um autista no 3º e dois portadores de síndrome de Down 4º [...]” termos estes que deixaram de existir conforme os anos foram passando.

Nos relatos dos discentes do T3 de Santos (2009) se assemelham com os relatos do trabalho de Hort (2012), com termos já não mais considerados corretos por vários autores, dentre eles Sasaki (2003).

Alguns relatos dos discentes entrevistados vem corroborar com escrito acima “[...] consiga vivenciar a dificuldade das pessoas *portadoras* de deficiência.” “[...] a disciplina deu uma introdução às dificuldades enfrentadas pelos deficientes [...]” (SANTOS, 2009, p. 72), estes termos como “portadoras”, “deficientes” e outros que foram citados no texto Santos (2009) mostra que os discentes utilizavam e se referiam as pessoas com deficiência de maneira incorreta.

Salerno (2014) não relata a fala dos seus discentes, o que gera uma ausência nesta vertente temática sobre terminologia no trabalho, sendo apenas possível analisar a terminologia usada pela própria autora.

Na fala dos discentes dos trabalhos apresentados é observado inúmeras falhas em como se referir às pessoas com deficiências, com exemplificações de termos bastantes superados, como o “portador”. Sasaki em 2003 já divulgava em seu trabalho que as pessoas não portam uma deficiência, pois essa não é tirada e colocada para que se porte.

A partir destes relatos percebe-se uma falha na formação dos discentes analisados, onde o ato de se referir ao grupo estudado, que são as pessoas com deficiências, não é feito de forma correta perante a literatura, o que gera segundo Sasaki, um falta de respeito com as pessoas, além de fortalecer estereótipos de incapacidade que não favorecem a inclusão das pessoas com deficiência.

Voltando para os autores investigados, percebe-se que Hort (2012) demonstra conhecimento sobre as terminologias corretas e durante seu trabalho faz alguma observações sobre as falas dos seus entrevistados, como o relatado a seguir:

Quanto aos egressos, esses utilizam os termos “deficientes”, “necessidades educativas especiais” e “portadores de necessidades especiais”, enquanto a tendência é “pessoa/aluno com deficiência”. [...] egressos também utilizaram o termo “mental”, e não “intelectual” para se referir a essa deficiência (HORT, 2012, p.41).

Para explicar o motivo do equívoco no termo “mental” e não “intelectual” dos discentes referidos por Hort (2012) nos recorreremos a Veltrone e Enicéia (2013, p.360), que dizem que atualmente o Brasil adota a terminologia preconizada pela “American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), que advoga a mudança de terminologia de retardo mental para deficiência intelectual”, fazendo do termo mental equivocado. Segundo Veltrone e Enicéia (2013, p.364) esta proposta de mudança tem a intenção de tornar o termo menos pejorativo, buscando respeitar cada vez mais as pessoas.

Santos (2009) não discorre sobre as terminologias adotadas por seus estudantes investigados, e o próprio autor ainda cita termos que já não são mais utilizados, como na fala a seguir: “[...] que os alunos compreendem que a realidade exige que sejam feitas adaptações à realidade do deficiente” (SANTOS, 2009, p.72) O uso da palavra “deficiente” implica na generalização da ideia de incapacidade, não levando em consideração segundo Sasaki (2003) que uma deficiência não define a pessoa. Outros equívocos como o uso da palavra “portador”, demonstra um

desconhecimento da nomenclatura atual e também das implicações que carregam o seu uso descontextualizado.

Já Salerno (2014) mesmo não apresentando falas dos seus discentes impossibilitando a discussão sobre tal eixo por parte dos estudantes analisados, durante seu trabalho discorre sobre terminologias e a emprega de forma correta em seu estudo. Salerno (2014) se refere ao grupo estudado das pessoas com deficiências em dois termos, pessoa em condição de deficiência e pessoa com deficiência, o que é expresso no seu relato a seguir:

Em sua história na sociedade, a pessoa em condição de deficiência já foi tratada por diferentes terminologias de acordo com o entendimento de cada época e teve seu atendimento balizado por essa compreensão. Para este trabalho, serão utilizados os termos pessoa em condição de deficiência ou pessoa com deficiência, trazido por diferentes autores que buscam dimensionar a condição de deficiência da forma como ela se apresenta, como uma característica de uma pessoa e não como um fator determinante de sua personalidade, de sua capacidade e muito menos como limitador de suas ações. (SEABRA JR, 2012; ARAÚJO, 2011; FILUS, 2011; LOPES, 2011; SILVA; SEABRA JR; ARAÚJO, 2008; SASSAKI, 2005, 2006; MEDEIROS; DINIZ, 2004 *Apud* SALERNO, 2014, p.23).

A autora no relato acima deixa claro que possui entendimento sobre como se referir as pessoas com deficiência.

Percebe-se que dos discentes observados por Hort (2012) e Santos (2009), todos utilizam de termos que já foram superados durante a história, o que se assemelha nos relatos do próprio autor Santos (2009). Dos autores, Hort (2012) e Salerno (2014) são cientes das mudanças na terminologia adotada para se referir ao grupo das pessoas com deficiência, e relatam em seus trabalhos sobre o tema.

Uma observação se faz necessária se analisarmos os anos de publicações dos 3 trabalhos investigados. Santos (2009) possui a pesquisa mais antiga, o que poderia justificar o uso de terminologia não mais usuais, mas não é o caso. As reformulações das terminologias datam do início do século XXI, de acordo com Sasaki (2003), sendo que é uma obrigação dos pesquisadores da área se aterem as mudanças no campo que se propõem a investigar.

Voltando aos estudantes investigados que utilizam de terminologias equivocadas faz-se necessário buscar alternativas para que ocorram mudanças ao

se referir as pessoas com deficiências, pois a forma de se referir carrega uma carga muito negativa cheia de preconceito perante tal grupo.

É importante que ocorra uma reformulação no planejamento da disciplina de Educação Física Adaptada, já nos relatos dos alunos sobre os conteúdos aprendidos não há nenhuma referência sobre terminologias corretas para as pessoas com deficiência.

Assim, os estudantes que não possuem um referencial teórico dentro das universidades, se atentam ao que é expresso fora, onde os culpados são inúmeros, dando destaque para a mídia, pelo seu grande poder de persuasão da população. Mídia que é desprovida de conhecimento científico relacionada a terminologias para as pessoas com deficiências, fazendo com que ocorram situações como esta, representada na fala de um dos sujeitos de Santos (2009): “Faz com que o aluno se envolva e consiga vivenciar a dificuldade das pessoas *portadoras* de deficiência”.(Sujeito X Apud Santos, 2009, p.72)

A solução se mostra dentro das próprias universidades, que possuem todos os elementos (teoria-prática, ensino, pesquisa e extensão) necessários para modificar esta realidade equivocada de se referir as pessoas com deficiências como visto na fala dos discentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do presente estudo, foi possível identificar o quanto as pessoas com deficiências necessitam de apoio para buscarem seu espaço dentro da sociedade, onde o professor de Educação Física possui bastante importância nesta tarefa. É notório que na atualidade tem se buscado a inclusão na sociedade como nunca antes, o que se mostra um grande avanço perante a realidade que vivíamos há algumas décadas.

Percebe-se através da apresentação e discussão da percepção dos autores dos três trabalhos investigados que inclusão se diferencia bastante de integração, e que como Montoan (2003, p.31) afirma que se deve repensar a forma que estamos caminhando perante a inclusão, mesmo não tendo apoio suficiente de políticas públicas de educação para estes rumos ou novos outros, deve continuar repensando a prática enquanto professores.

A disciplina de Educação Física Adaptada se mostra essencial dentro do currículo de um curso de Educação Física, onde toda bagagem teórica e prática mesmo que escassa proporcionada pela disciplina se faz totalmente necessária.

Identificamos uma ausência na percepção dos acadêmicos acerca do trato dos conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar, o que necessita de uma reformulação na concepção do currículo dos cursos de Educação Física, pois contribuiria diretamente no processo de formação dos profissionais de maneira qualificada e com um maior leque de experiências proporcionada desde os primeiros períodos do curso.

Foi possível perceber que a formação dos estudantes em Educação Física ainda é bastante escassa em virtude da maioria dos acadêmicos não terem tido oportunidade de experiência na intervenção com as pessoas com deficiências, deixando um vácuo no processo de formação dos estudantes que pretendem atuar na área adaptada e/ou inclusiva criando assim um abismo entre a teoria e a realidade social concreta.

De todo modo se faz necessário mais investigações sobre como está se dando a formação dos profissionais que irão atuar e intervir diretamente com as pessoas com deficiência. Portanto é de grande importância, um agente direto como o professor, atuar dentro da luta das pessoas com deficiência. Um grupo que sofreu, sofrerão e ainda irão sofrer muito na atual conjuntura social que estamos vivendo.

Faz-se assim, muito oportuno averiguar mais pesquisas voltadas para a atuação dentro da Educação Física Adaptada e/ou inclusiva, onde mesmo caminhando a passos curtos já se mostra um progresso enorme quando comparado com alguns anos atrás.

Assim os sujeitos responderiam de forma mais diretiva e mais direcionada com perguntas como: O que é inclusão? Como se diferencia inclusão de integração? Qual a importância dos projetos de Extensão voltados as pessoas com deficiência? Qual a importância da terminologia quando se trata com pessoas com deficiência? Fazendo com que possibilite perceber, como está dando a formação profissional voltado a tal grupo em determinadas áreas, contribuindo assim para que o processo de se construir uma sociedade mais justa e sincera, permaneça vivendo no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: 2015.

BRAZUNA, Melissa Rodrigues; CASTRO, E. M. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Motriz**, v. 7, n. 2, p. 115-123, 2001. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/07n2/Brazuna.pdf>. Acesso em 04.mar.2016.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, v. 14, p. 27-30, 2002. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>. Acesso em 15.abr.2016.

DE CARVALHO CRUZ, Gilmar; FERREIRA, Júlio Romero. Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 163-180, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16592>. Acesso em 12.mar.2016.

DE ALMEIDA, Lucia da Cruz; MARINHO, Karla Silene Oliveira. FORMAR PARA INCLUIR, INCLUIR PARA FORMAR: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: <http://ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/view/52>. Acesso em: 12.mar.2016.

DECLARAÇÃO, DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais–NEE. In: **Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade-UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO**. 1994.

DELLANI, Marcos Paulo; DE MORAES, Deisy Nara Machado. INCLUSÃO: CAMINHOS, ENCONTROS E DESCOBERTAS. *Revista de Educação do Ideau*, v. 07, n. 15, 2012. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/ipload/revistasantigos/50_1.pdf. Acesso em 12.nov.2016.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da informação**, v. 29, n. 1, p. 90-92, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a9>. Acesso em 06.fev.2016.

FREIRE, Paulo. "**Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa** (1996). Obra Digitalizada, 2002." Acesse. WWW. SABOTAGEM.REVOLT.ORG.

HORT, I. C. A disciplina educação física adaptada e a prática pedagógica para a inclusão escolar de pessoas com deficiências e/ou síndromes. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. 2012. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FUR>

B_a2a031583f0bbfd749279f882236132f. Acesso em: 15.fev.2016.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. 2004. p. 1-5.

DE LIMA, Francisco José; DOS SANTOS SILVA, Fabiana Tavares. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**, 2008.

LIMA, Sonia Maria Toyoshima. Educação física adaptada: proposta de ação metodológica para formação universitária. 2005. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000348630>. Acesso em: 07.jul.2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Integração x inclusão: escola de qualidade para todos. **Revista Pedagógica**. n. 5, p.48-51, mai/jul.1998. Disponível em: <http://www.lit.e.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.9.htm>. Acesso em: 07.jul.2016.

_____. **INCLUSÃO ESCOLAR O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER?**. São Paulo. Moderna, 2003.

PAULON, Simone Mainieri; DE LUCCA Freitas, Lia Beatriz; PINHO Gerson miech. **Documento subsidiário á política de inclusão**. SEED. Brasília, 2005.

PEREIRA, Ricardo Reuter. A INTERDISCIPLINARIDADE NA AÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE. 2004. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Educação Física - Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5215>. Acesso em: 09.set.2016.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014. Disponível em: <scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?pid=S179-49742014000100018&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em 5.jul. 2016.

SALERNO, Marina Brasiliano. A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E O TRABALHO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÃO DISCENTE. 2014. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000930507>. Acesso em: 23.ago.2016.

SANTOS, Onassis Ferreira dos. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPE SOBRE A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA. 2009. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3810>. Acesso em: 05.mai.2016.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da Inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, ano 5, n. 24, p.6-9, jan/fev. 2002. Disponível em: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540. Acesso em 04.mar.2016.

_____ Inclusão: acessibilidade no lazer trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SILVA, F. S; SEABRA JR, L. & ARAÚJO, P. F. **Educação Física Adaptada no Brasil: da história à Inclusão educacional**. São Paulo: Phorte, 2008.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. **Revista Educação em Perspectiva**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/235/91>. Acesso em 16.jun.2016.

VERÍSSIMO, Hildemar. Inclusão: a educação da pessoa com necessidades educativas especiais—velhos e novos paradigmas. **Rev. Benjamin Constant**, v. 18, p. 6-10, 2001.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS
ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG**

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

Graduação Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Bruno Rodrigues Pereira
E-mail:	brrxp@hotmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Título:	A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICAS/OS SOBRE A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA
Palavras-chave:	Educação Física Adaptada; formação inicial; inclusão.
Título em outra língua:	THE ACCEPTANCE OF ACADEMICS ON ADAPTED PHYSICAL EDUCATION DISCIPLINE: A LITERATURE REVIEW
Palavras-chave em outra língua:	Adapted Physical Education; Initial formation; inclusion.
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	20/12/2016
Graduação/Curso Especialização:	Educação Física
Orientador (a)*:	Dra. Ana Paula Salles da Silva

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

Termo de autorização

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? () Sim () Não

Permitir modificações em sua obra?

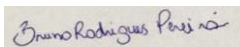
() Sim

() Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .

() Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e Data: Goiânia, 10 de fevereiro de 2017.



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais